

Eixo 08: Deficiência: expressões históricas, Identidades, subjetividades, histórias de vida e narrativas de si

Eixo 9: Movimentos sociais, resistência e as pessoas com deficiência: história e repercussões na atualidade

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO: ANÁLISE DO PROJETO “TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!” DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Autores:

Luisa de Souza Leão Almeida - Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - luisa.almeida@trt8.jus.br

Maria Cristina Barbosa Mendes - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - maria.mendes@trt1.jus.br

Ekaterini Sofoulis Hadjirallis - Tribunal Superior do Trabalho ekaterini@tst.jus.br

Resumo

O presente resumo expandido analisa o projeto “Tudo sobre Nós, Por Nós! Trajetórias e Vivências de Pessoas com Deficiência da Justiça do Trabalho”, uma iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O objetivo foi examinar a relevância da produção de narrativas pessoais enquanto estratégia de visibilidade, engajamento e transformação institucional, em uma perspectiva anticapacitista. A metodologia conta com a análise documental dos materiais que resultaram na publicação do livro e dialoga com as normas que fundamentam as políticas de acessibilidade e inclusão das Pessoas com Deficiência, no Brasil, em âmbito judicial. É proposta uma discussão sobre a relevância do registro das memórias de pessoas com deficiência, em âmbito institucional, em diálogo com os conceitos de fadiga de acesso, intimidade forçada e acessibilidade. Os resultados indicam que o projeto foi uma ferramenta inovadora e um marco na promoção de uma cultura de acessibilidade, podendo servir de modelo para outras propostas que miram a participação e inclusão de pessoas com deficiência. Abre, ainda, possibilidades para discussões sobre como a Justiça pode ser mais eficiente quando se propõe a conhecer, acolher e divulgar a própria diversidade da qual emerge.

Palavras-chave: Justiça do Trabalho, anticapacitismo, inclusão, pessoas com deficiência, narrativas.

Introdução

A inclusão de pessoas com deficiência, seja no mercado de trabalho ou em espaços públicos, ainda é objeto de debates e políticas em todo o mundo. Mesmo diante de importantes avanços normativos, a efetiva participação de pessoas com deficiência, com acessibilidade e condições dignas, ainda é, em muitos contextos, cenário a ser alcançado.

No Brasil, a Justiça do Trabalho desempenha um papel fundamental na promoção de ambientes laborais mais justos e equitativos. Questiona-se, contudo, como vem cuidando de sua própria estrutura interna no que diz respeito à acessibilidade, participação e crescimento na carreira de pessoas com deficiência.

De acordo com o diagnóstico sobre acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no Poder Judiciário (CNJ, 2024, p. 38) embora existam iniciativas em prol da acessibilidade permanece uma percepção divergente entre os (as) representantes dos tribunais quanto à eficácia das medidas, sugerindo que as ações realizadas ainda não resultaram em uma inclusão completa ou em uma usabilidade eficaz. A discussão sobre a temática dentro das próprias instituições carece de visibilidade e aprofundamento.

Por longo tempo, a deficiência foi, frequentemente, abordada a partir de uma perspectiva assistencialista ou biomédica, que foca nas limitações individuais e na necessidade de adaptação do indivíduo ao ambiente. O modelo social da deficiência, por outro lado, postula que a principal barreira é imposta pela sociedade e pelas instituições, que falham em se adequar à diversidade humana (Lanna Junior, 2010).

Ainda hoje, no âmbito da justiça brasileira, encontramos uma pluralidade de situações de barreiras, preconceito e exclusões. Nesse contexto, o projeto “Tudo sobre Nós, Por Nós!”, iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, indica a busca por uma nova perspectiva, ao ampliar as vozes e o protagonismo das pessoas com deficiência que compõem as instituições públicas.

Assim, buscamos conhecer como os relatos de pessoas com deficiência na Justiça do Trabalho dialogam com os referenciais de fadiga de acesso e intimidade

forçada que vem sendo discutidos sob a perspectiva interdisciplinar nos estudos críticos sobre deficiência.

Metodologia

O objetivo deste trabalho é analisar o projeto não apenas como uma ação de inclusão, mas como um movimento estratégico de comunicação institucional e autocrítica, do ponto de vista da memória e da participação.

Para tanto, inicialmente, realizamos o levantamento de dados relacionados a iniciativas semelhantes, de 2015 a 2025, abrangendo, portanto, os últimos dez anos, que coincidem com o marco legislativo de publicação da Lei Brasileira de Inclusão. Após, examinamos os relatos pessoais de magistrados e servidores com deficiência, para verificar como o acesso à memória e o registro da história podem servir de instrumento de mudança cultural e de políticas internas anticapacitistas.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental, do ponto de vista da experiência pessoal das autoras. Os dados foram coletados no primeiro semestre de 2025, a partir de materiais de divulgação do projeto, incluindo notas de imprensa, reportagens e artigos publicados nos portais oficiais do TST e do CSJT. Tais documentos fornecem informações sobre o objetivo do projeto, a metodologia de coleta dos relatos e as temáticas abordadas.

A análise concentra-se em inferir a lógica subjacente à iniciativa e seu potencial impacto, a partir do livro que consubstanciou o resultado do projeto. O foco auxilia no debate sobre como um livro pode vir a ser uma ferramenta de transformação que implique em iniciativas de acessibilidade.

Resultados e Discussão

O projeto traz inspiração em trabalho realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que criou a proposta intitulada "A trajetória de magistrados e servidores negros na Justiça do Trabalho". A partir da pesquisa realizada, não foram encontrados outros projetos que se propusessem a registrar as memórias das pessoas com deficiência no Judiciário. Os levantamentos realizados até então eram apenas registros administrativos sobre servidores e magistrados. Com isso, consideramos a importância de divulgar o projeto e a própria Resolução CSJT n.º

386/24, que instituiu a Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no âmbito da Justiça do Trabalho para extrairmos temas relevantes.

O Edital nº 1/TST.CSJT, de 23 de abril de 2024, permitiu as inscrições para participação no projeto sobre as memórias, vivências e experiências das pessoas com deficiência no âmbito da Justiça do Trabalho. As entrevistas foram realizadas ao longo de 2024. Após a transcrição, foram reduzidas para permitir uma participação equânime dos entrevistados.

O título do projeto, “Tudo sobre Nós, Por Nós!”, formulado posteriormente a partir dos resultados alcançados, é uma declaração de princípios e ecoa o lema ativista “Nada sobre nós, sem nós”. A proposta não é impedir que pessoas sem deficiência participem do debate, mas sim que as pessoas com deficiência possam atuar em todas as decisões que as afetam.

Ao adotar essa premissa, o coletivo que contribui com a publicação sinaliza o protagonismo das pessoas com deficiência. O projeto contou, em todas as fases, com a participação ativa de pessoas com diferentes tipos de deficiência, desde a concepção, passando pela condução das entrevistas e pela escrita final do texto, a partir das memórias dos participantes.

São reunidos relatos de 36 magistrados e servidores que denotam o quanto a experiência da deficiência é multifacetada. O projeto buscou dialogar com pessoas de diferentes regiões do Brasil e pertencentes a diversos marcadores de raça, gênero, orientação sexual, idade, entre outros, contemplando aspectos da interseccionalidade fundamentais para compreender as diferentes vivências de pessoas com deficiência.

A publicação representa um avanço significativo em direção a uma cultura anticapacitista, que busca desconstruir preconceitos e estruturas que privilegiam corpos e mentes padronizados, em detrimento da diversidade. A iniciativa é um compromisso com o ativismo interno e a conscientização sobre os direitos previstos, inclusive, na política nacional do CSJT.

O poder do projeto reside na escolha da narrativa pessoal como seu principal formato. Relatos de vida não são apenas histórias; são fontes de dados qualitativos que revelam as reais barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência no ambiente

de trabalho, que vão além das questões físicas de acessibilidade. Desafios na formação pessoal; ingresso na carreira no serviço público; falta de acessibilidade nos processos seletivos; estigmas; agressões morais, verbais e físicas; importância de equipamentos e adaptações que permitam a participação, são apenas alguns dos exemplos extraídos dos relatos dos participantes.

Um dos aspectos apreendidos das narrativas é o ativismo das pessoas com deficiência nas diversas esferas, seja na cena política, nas organizações de classe, nos movimentos sociais por direitos das pessoas com deficiência ou nas próprias instituições onde atuam. O envolvimento das pessoas com deficiência nas diferentes frentes de luta por melhores condições de vida, por acessibilidade no trabalho, por direitos e garantias fundamentais compõem a história desse grupo no Brasil e de suas instituições.

Outro aspecto sensível nas histórias narradas foram os casos de pessoas que tinham uma passabilidade na experiência da deficiência. O fato de terem impedimentos considerados mais leves ou, ainda, estarem em contextos menos atentos à deficiência promove uma multiplicidade de experiências que perpassam barreiras específicas. Para alguns indivíduos só foi possível se reconhecer como pessoa com deficiência na vida adulta, mas isso não significa que não enfrentaram preconceitos, críticas e barreiras ao longo da vida, apenas não eram nomeados da mesma forma. O não reconhecimento da condição de deficiência, em alguns casos, significou não ter acesso a tecnologias assistivas e adaptações razoáveis, ou ainda representou riscos à própria vida e integridade.

Por outro lado, pessoas com impedimentos mais graves ou mais perceptíveis narram diversas histórias de exclusão, fruto do capacitismo ainda arraigado nas relações sociais. Os indivíduos revelam a sensação de sempre precisarem provar seu valor, sua capacidade, sua possibilidade de aprender e bem desenvolver as atividades designadas. Ademais, muitas vezes empreenderam esforço maior que as demais pessoas, na medida em que enfrentavam maiores barreiras para acessar informações, espaços, oportunidades etc.

Sobre isso, inclusive, diversos relatos destacam um esgotamento e um cansaço vivido por pessoas com deficiência que vem sendo chamado de “fadiga de acesso” (Konrad, 2021), que aponta o padrão cotidiano de necessidade constante de ajudar outros a participarem do acesso - uma demanda tão desgastante e

implacável que, às vezes, faz com que o acesso simplesmente não valha o esforço.

Em outros termos, as pessoas com deficiência precisam, de certa forma, entrar em um embate pedagógico, que alterna a auto invenção e a autopreservação, pois “inventar um eu adequado ao engajamento público exige confrontar o que outras pessoas pensam e sentem sobre a deficiência, o que, por sua vez, pode reformular o próprio senso de identidade” (Konrad, 2021).

A partir da multiplicidade dos relatos, é possível verificar variadas formas de pensar sobre a experiência da deficiência, sobre as barreiras enfrentadas e sobre as estratégias adotadas para atuar no mundo. A consciência sobre esses processos também não é linear e uniforme na vida de cada indivíduo. Muitos relatos apontam para transformações na percepção de si e das barreiras sociais.

A cada relato podemos ver a importância de avaliarmos e aprimorarmos as políticas institucionais, sobretudo para que além de uma compreensão teórica sobre a necessidade de acesso tenhamos o hábito de praticar o acesso coletivo na rotina do Judiciário.

Notamos o quanto a discussão produz interseções relevantes com questões de raça, gênero e outras experiências cotidianas de opressão. Nesse sentido, retomamos o conceito de “intimidade forçada” (Mingus, 2017) quando notamos que as pessoas com deficiência são pressionadas a expor informações íntimas e pessoais a estranhos a fim de ter suas necessidades básicas de acessibilidade atendidas. Isso expõe o cotidiano de um Judiciário ainda capacitista.

Entendemos que o projeto como um todo gerou grande impacto interno, colaborando para a formação de novos servidores e magistrados. Pode, ainda, aumentar a visibilidade dos servidores com deficiência, reforçando o sentimento de pertencimento e valorização e servir de inspiração e modelo para outras entidades que ainda precisam valorizar a narrativa e a participação das pessoas com deficiência em cada microcosmo.

Conclusão

O projeto conseguiu visibilizar as trajetórias de vida das pessoas com deficiência que compõem a Justiça Trabalhista. Cada história, a seu modo,

conscientiza e enfrenta o capacitismo, sem ignorar a complexidade das barreiras que existem.

Ainda é um processo contínuo efetivar a Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no âmbito da Justiça do Trabalho. Para isso, entendemos a relevância de produzirmos e publicarmos o material, inclusive institucional, sobre a temática da acessibilidade e da inclusão, enfatizando as barreiras, estratégias e avanços reais a partir das experiências vividas.

Desejamos que as pessoas com deficiência reconheçam que a sua suposta vulnerabilidade, na verdade, é sua força e são as histórias de cada um que fortalecem a história da Justiça do Trabalho e a garantia de direitos, em um contexto de não retrocesso social.

Registrar memórias pode ser um primeiro passo para a construção de um ambiente de trabalho mais acessível e uma Justiça mais representativa. Futuras pesquisas podem aprofundar os desafios de pessoas com deficiência na área jurídica e mensurar o impacto de longo prazo da iniciativa nas políticas institucionais do Judiciário.

Referências

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Diagnóstico sobre acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário. Brasília, 2024.

KONRAD, Annika M. Access fatigue: The rhetorical work of disability in everyday life. College English, United States, v. 83, n. 3, p. 179-199, 2021.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MINGUS, Mia. Intimidade Forçada: uma norma capacitista. 2017. <https://leavingevidence.wordpress.com/2017/08/06/forced-intimacy-an-ableist-norm/>

TST/CSJT. Tudo sobre Nós, Por Nós! Trajetórias e Vivências de Pessoas com Deficiência da Justiça do Trabalho*. 2024. Brasília.